



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2010 (Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Requer informações ao Senhor General JORGE ARMANDO FÉLIX, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sobre a violação do sigilo fiscal de oficiais do Exército, supostamente solicitada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhada, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Senhor General JORGE ARMANDO FÉLIX, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, pedido de informações sobre a violação do sigilo fiscal de oficiais do Exército, solicitada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos dias, a imprensa tem noticiado a solicitação de violação do sigilo fiscal de alguns oficiais do Exército feita pelo Gabinete de Segurança Institucional à Receita Federal. Segundo a imprensa, o GSI solicitou à Receita

C660A3D438

Federal a quebra do sigilo fiscal, do período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009, dos seguintes oficiais, da ativa e da reserva, do Exército: Raymundo Nonato da Cerqueira Filho, Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto, Carlos Alberto Brilhante Ulstra, Francisco Roberto de Albuquerque e Cid Canuzzo Ferreira. O objetivo de tal investigação seria o de municiar o governo com informações de alguns expoentes militares que teriam posições discordantes às do governo em questões específicas. O general Maynard Santa Rosa, que era o Chefe de Pessoal do Exército, fez críticas à “Comissão da Verdade”, do Plano Nacional de Direitos Humanos. O general Raymundo Cerqueira Filho, hoje no Superior Tribunal Militar, fez críticas à participação de homossexuais nas Forças Armadas. O general Francisco Albuquerque, ex-comandante do Exército no atual Governo, também foi uma das vítimas. Teve também a vida fiscal devassada o general Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto, atual Comandante Logístico do Exército, os coronéis Cid Canuzzo Ferreira, morto em dezembro durante um assalto no Rio, e Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de tortura a presos políticos durante o regime militar.

Segundo a imprensa, a ordem do GSI chegou ao Ministério da Fazenda pelo sistema “Note”, de comunicação entre ministros, às 15h37 de 18 de janeiro. O pedido foi enviado à Receita às 13h08 de 23 de janeiro. Extrato da resposta enviada pela Receita Federal foi apresentado pela imprensa e comprova a investigação. No comprovante da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita, são citados os alvos e o solicitante: “Alfa 1 Presidência da República/ GSI”. Alfa 1 seria o grupo de auditores fiscais da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita a serviço da Presidência da República. O general Jorge Félix, segundo noticiado pela imprensa, negou tudo em ofício ao Comandante do Exército.

O Gabinete de Segurança Institucional é um órgão da Presidência da República e tem como principais áreas de competência a assistência direta e imediata ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições; a prevenção da ocorrência e articulação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional; o assessoramento pessoal ao Presidente da República em assuntos militares e de segurança; a coordenação

das atividades de inteligência federal e de segurança da informação; e a segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e dos respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República.

Esta acusação nos faz lembrar de outros episódios envolvendo o mesmo órgão utilizando o aparato do estado para vasculhar a vida privada de cidadãos que se contrapõem a idéias ou membros do atual governo. O exemplo mais emblemático foi a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, testemunha de acusação contra o ex-ministro Antônio Palocci no caso da casa do lobby ou “República de Ribeirão Preto”, na CPI dos Bingos.

As razões acima expostas justificam o presente pedido.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2010.

Deputado **EMANUEL FERNANDES**
Presidente

C660A3D438

